

APONTAMENTOS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA QUANTIFICAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Fabiana Valdoski Ribeiro¹
Universidade de São Paulo – Brasil
Grupo de Estudos Sobre São Paulo - CNPq
valdoski@usp.br (www.geografia.fflch.usp.br/gesp)

Introdução

O início do século XXI é um marco significativo do processo de urbanização no mundo. É neste momento, que a população urbana se torna maior que a rural e o tecido urbano se amplia enormemente. Este crescimento urbano se realiza sob a égide da acumulação, e esta traz características profundamente desiguais ao processo de produção do espaço. Se por um lado avançamos em conquistas de toda a ordem, por outro, estas conquistas são usufruídas por poucos. Isto é, o princípio que vivemos é de uma produção que é realizada socialmente e apropriada privadamente. A urbanização capitalista, portanto, pautada nesta afirmação, terá como processo fundamental a segregação socioespacial. Mesmo porque, a cidade se transforma em força produtiva. Ora a cidade é vendida (turismo), ora auferes rendas a poucos (donos da propriedade da terra urbana), é posta nas redes de trocas (fluxos internacionais), bem como seu espaço se torna estratégico para a manutenção das relações de produção, quer dizer, um instrumento político. Portanto, a segregação socioespacial é a marca processual da urbanização capitalista. Todavia, esta segregação pode ser vista por meio de várias janelas.

Uma possível janela é verificar que o estudo sobre segregação se tornou uma temática recorrente entre os pesquisadores das universidades, como também uma necessidade para as políticas públicas das várias esferas de governo. São os estudos dos primeiros que vem subsidiar a ação dos segundos.

Deste fato, podem decorrer algumas conseqüências: a primeira se refere à necessidade de elaboração de indicadores quantitativos para permitir a mensuração da segregação em determinado território e, a segunda, que também é conseqüência da primeira, se trata da necessidade de elaboração teórica que fundamente a idéia de segregação para legitimar a perspectiva quantitativa. Ambos os aspectos, muitas vezes, resultam na quantificação de processos sociais, como a própria segregação, e fragmentam as dimensões do processo tanto no plano do pensamento como da prática socioespacial.

A proposta adotada nesta reflexão, ainda em construção, tenta problematizar alguns trabalhos sobre o processo de segregação (às vezes denominada como espacial, outras apenas como social) que subsidiaram políticas públicas, seja para minimizar os efeitos, seja para fazer um diagnóstico deste processo, ao mesmo tempo empreender o debate acerca da potência deste conceito em contrapartida com o de exclusão. Contudo, desta prática emerge a seguinte questão: A reunião destes modos de interpretação do mundo pelo viés

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Pesquisa que está em desenvolvimento para o Grupo de Estudos Sobre São Paulo – GESP/Labur pertencente ao Laboratório de Geografia Urbana - USP, coordenado pela Profª. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos.

quantitativo permite compreender o processo de segregação socioespacial intrínseco à urbanização contemporânea capitalista sem fragmentar e dar a qualidade necessária aos conteúdos dos processos sociais?

Uma hipótese possível é pensar que os dados produzidos para mensurar a segregação, seja ela espacial ou social, servem as políticas públicas. Ao mesmo tempo, servem ao próprio discurso produzido, o que pode resultar na manutenção da miséria na qual a população é relegada pela mesma segregação, pois pensa-se a diminuição dela no bojo da reprodução capitalista.

O estudo sobre a segregação pode se transformar em ideologia na medida em que mergulha nas análises quantitativas enquanto fim. Estas análises são fundamentais como ponto de partida, mas não é ela “em si” que nos permite atingir o ato da crítica, isto é, o revelar dos fundamentos dos processos e as mediações que a envolve.

Por vezes, ao não ultrapassar os limites do quantitativo, as análises também ganham um sentido que rompem com a totalidade do movimento, fragmentando o pensamento teórico, bem como separando/cindindo as práticas, muitas vezes estratégicas. Neste momento, então, separa-se a segregação em espacial, social, política e os pedaços ganham importância sem o imbricamento entre elas. Se no nível do pensamento há a cisão entre as formas de se apreender o processo de segregação, na prática, os discursos elaborados pelo saber são usados como ideologia para legitimar e justificar as ações do Estado. Aparecem também, conceitos como de exclusão, que a quantificação legitima, e desse modo, ratifica o obscurecimento dos fundamentos do processo segregatório. Em uma sociedade na qual a força dos números e ações baseadas na métrica são as mais validadas, os índices/indicadores são os instrumentos dados ao discurso para empreender as ações “contra” a “exclusão”, a “pobreza”, resultando em grandes “saídas” para o próprio processo de segregação.

As questões que se elaboram como ponto de partida são: Como ultrapassar as análises quantitativas? Como tomá-las à análise sem tê-las como fim? Como superar estas idéias e a partir delas transformar em algo possível para a crítica do processo de segregação socioespacial no movimento da urbanização capitalista? Estas são questões que extrapolam o objetivo do artigo, mas que é necessária para nos impingir ao ato da reflexão radical.

Segregação Socioespacial e Exclusão Social: a potência dos conceitos

No Brasil, a segregação socioespacial é debatida de inúmeras formas. Um exemplo foi o debate transcrito na Revista Espaço e Debates (A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições), que pôs à mesa pesquisadores de diferentes formações e de grande relevância para as ciências humanas no Brasil e que tratam da temática da segregação. Nele, foi possível observar a apreensão diferenciada do processo de segregação socioespacial, bem como verificar o conceito de exclusão social para abordar a idéia do processo de produção de riqueza socializada e apropriação sendo realizada privadamente. Para parte dos pesquisadores, o desafio era medir/quantificar esta realidade, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras, já que nelas os tons deste processo são ainda mais fortes. Esta coincidência de objetivos apresenta a relação próxima das concepções relacionadas aos conceitos de segregação e exclusão. Por isso, torna-se importante situar a orientação destes conceitos e a partir disto verificar como o fundamento delas justifica o caminho da quantificação. Os dois conceitos possuem diversos focos de interpretação, e neste momento, citamos alguns autores que atualmente são destacados por elaborarem os

subsídios das políticas públicas e, que vão, em suas metodologias, utilizar a quantificação como o centro das pesquisas.

Para Sposati, que elaborou o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social*, como será mais detalhado a seguir, a exclusão social está atrelada à inclusão, num movimento relacional, estando calcada na possibilidade de medir aqueles que possuem o acesso à bens conforme as condições territoriais. Para a pesquisadora, a idéia de exclusão avançaria mais do que o de segregação na medida em que apresentaria a heterogeneidade intra-urbana diferenciando-se da segregação que reúne o que é homogêneo. A segregação, neste viés, ganha contornos de um produto homogêneo e perde seu fôlego no fato de fixar uma situação de precarização do que realizar a articulação precarização e concentração da excelência de qualidade da vida sócio-territorial, conforme posto por Sposati. Para alguns autores, como Vieira (Centro de Estudos e Mapeamentos da Exclusão Social para Políticas Públicas – UNESP), os conceitos de exclusão social e segregação se complementam, pois “*a segregação socioespacial pode se configurar como a dimensão espacial da exclusão social*”. Em ambos, a exclusão social aparece como um produto social que marca o espaço. O centro da análise da exclusão social, ou o considerado excluído, é posto como aquele que não está com possibilidade de consumir os equipamentos e serviços dispostos sobre o espaço, isto é, aqueles que não podem ter acesso, por exemplo, a hospitais, a parques, a transporte, a compra (referendado na renda). Ao se configurar um quadro de acesso, a população transforma-se em incluídos e estes resultados de “inclusão”, vão formulando a ideologia de minoração da pobreza. Isto é, para aqueles que comungam de tal perspectiva, constata a diminuição da pobreza ou da desigualdade pelo fato de acessar bens e consumir. Para Martins, que faz uma crítica à idéia de exclusão, expõe que este conceito pressupõe uma sociedade acabada, pois ao ter o movimento de inclusão está implícito que esta pode ser acessível a todos, já que ela está dada. Assim, o conceito se cristaliza e ganha rigidez e perde a dinâmica da sociedade. Nos vários planos da vida a população é inserida, mesmo precariamente, seja para reciclar os resíduos sólidos da sociedade de consumo, seja para movimentar circuitos de muitas organizações-não-governamentais, por exemplo. Para Martins, “*Uma sociedade cujo o núcleo é a acumulação de capital e cuja a contrapartida é a privação social e cultural tende a ‘empurrar para fora’, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada ainda que em condições adversas.*” (46:2003). A idéia de exclusão e inclusão social situa-se apenas no âmbito da gerencia da renda, introduzindo uma ambigüidade que camufla as contradições do processo de acumulação e serve como discurso à reprodução das relações de produção. O incluído, aquele com acesso aos bens e equipamentos, se insere no circuito do consumo, mas a condição de privação e não apropriação dos espaços da cidade se perpetuam.

Trata-se então de pensar outro conceito? De substituir? Neste momento compreendemos que a conceito exclusão/inclusão, mesmo apreendido em interação, intrinsecamente parte de uma dualidade que não supera as amarras da lógica sistemática da acumulação e não aborda o problema da desigualdade ou pobreza como processo contínuo da reprodução, mas continua referendada no que o sistema pode oferecer.

Diferentemente da idéia exclusão/inclusão, a segregação socioespacial deriva, a princípio, de uma unidade. Esta unidade traz potência, mas pode ou não se realizar a partir do sentido dada a ela. Sua unidade pode conter a articulação entre lugares, mesmo que a segregação seja reduzida a produto. Para muitos, “*a segregação é dada pelo grau de separação entre grupos sociais*” (Torres, Revista Espaço e Debates: 2004), isto é, comporta a relação entre os grupos sociais. Ainda no debate publicado na Revista Espaço e Debates, Pasternak

define: “a segregação seria também o resultado de uma desigualdade socioespacial, expressado na organização do território na cidade”. Para Villaça, “... a segregação por classe subjuga, domina e explica todas as outras, além de apresentar um potencial incomparavelmente mais rico de explicação (superando descrições) e de articulação com os processos econômico, político e social”.

A segregação socioespacial emerge com força para compreender os fundamentos do processo de urbanização contemporâneo na medida em que ganha a possibilidade de abarcar uma totalidade. Contudo, parte dos pesquisadores a tomam como produto e não enquanto um processo contínuo e necessário da lógica da acumulação. Isto acarreta em um empobrecimento do conceito, pois ele se insere, desse modo, em um percurso de cisão, rompendo os planos imbricados. Este movimento de cisão, ao invés de ser um recurso metodológico, faz as partes se separarem em segregação espacial, segregação social, segregação política, etc. Dessa forma, permite direcionar as análises para a quantificação, e faz desta mensuração o centro das pesquisas. Acreditamos que esta noção de segregação como produto esteja atrelada as bases de compreensão do significado de espaço. A segregação socioespacial está associada diretamente ao espaço enquanto localização. Este fato implica em um empobrecimento do processo, pois a crença na possibilidade de reorganização deste espaço promove ideologias que impedem vislumbrar as contradições incrustadas na produção deste mesmo espaço. A perspectiva, neste momento, é expor um entendimento sobre o significado de espaço geográfico para então apontar alguns sentidos possíveis para superar a noção de segregação enquanto produto para a de processo fundamental na produção do espaço urbano capitalista.

A produção do espaço geográfico é compreendida como inerente à produção da vida. A sociedade, por meio de sua relação com a natureza mediada pelo trabalho espacializa suas relações sociais, e na medida em que o faz, torna-se o sujeito produtor do espaço. Desse modo, a geografia se transforma em uma ciência que nos encaminha à compreensão da produção deste espaço social produzido, mas que também permite entender que o espaço se torna a condição, material e abstrata, da realização da reprodução da sociedade, tendo-o como meio para realizar a vida. Ao tomar este movimento da categoria espaço, compreendendo-o como condição, meio e produto da reprodução da sociedade (Carlos, 1996), traz a luz as relações sociais de produção da sociedade com as contradições advindas dela. Significa dizer que o espaço nesta perspectiva é visto enquanto a materialização da sociedade, e sua possibilidade de transformação não reside no fato de sua reorganização, mas sim na transformação das relações sociais. Ao interpretar o espaço como um objeto que pode ser (re)organizado, como um campo livre as ações, firma-se a *ilusão da transparência* (Lefebvre:1996), ou seja, a ilusão de dispor o espaço, da maneira como se propõe na maioria das políticas públicas, faz escapar que este mesmo espaço contém contradições advindas destas relações e sua produção contínua se faz sob a égide delas. Nesta direção, formam-se as bases para a ideologia do espaço, que o oculta ao reduzi-lo a apenas localização. Ao tentar superar a idéia de espaço localização, abrimos uma janela possível do entendimento da potência desta ideologia que força em escondê-lo. Ao mesmo tempo, questiona a interpretação da segregação socioespacial apenas nos quantitativos ditos “espaciais”. Esta categoria de espaço como condição, meio e produto tenta retirar do ocultamento e por à análise o sentido de seu conteúdo contraditório. Ao fazer esta tentativa, novo conteúdo é exigido para a reflexão da segregação socioespacial, como também as formas de combate da desigualdade e pobreza.

Na esteira deste raciocínio residem os apontamentos feitos sobre a quantificação do processo de segregação socioespacial. Pois, quando se vê o espaço como localização, ele é passível de uso da métrica, da lógica formal e a quantificação é legitimada. Ainda nesta direção, a segregação socioespacial é vista como desigualdade de acesso, apartamento e isolamento de equipamentos e sua prática de redução deste efeito nas propostas das políticas públicas é a promoção da mistura social a partir de inserção de equipamento (oportunidades em números) nas áreas que não os possui². Um terceiro apontamento pode ser feito: esta visão legitima também a separação do processo de segregação em social e espacial.

Aqueles que compreendem a segregação como produto fragmenta o social do espacial, porque oculta-se que a produção desta segregação produz uma materialidade sendo impossível a dissociação entre a reprodução social da espacial. Por isso, justifica-se a idéia que a segregação é social e espacial simultaneamente. Retomando o aspecto do espaço considerado como localização. A segregação espacial igualmente é apreendida em sua dimensão de localização e, portanto, perde-se o significado do próprio espaço geográfico entendido neste momento como categoria que reúne as dimensões do econômico, político e social. Ao reduzir o espaço a mera localização, o seu aspecto estratégico para manutenção das relações de produção se esfumaça. A idéia de separação das relações sociais perde as contradições do próprio processo de produção do espaço urbano, recaindo na ambigüidade de espaços separados que necessitam apenas ser organizados.

Isto é, tais trabalhos tratam a segregação socioespacial como a não possibilidade de acesso a bens e serviços. É verdade que boa parte da população não possui estas condições mínimas de água, luz, etc. Mas, a segregação socioespacial tem uma vertente profundamente política. Porque o significado de segregação não é somente a possibilidade de apropriação de bens, ela é fundamentalmente a não possibilidade de apropriação de espaços de sociabilidade para as experiências de politização, para a apropriação da vida política que pode vir a construir as bases de relações autônomas tão necessárias para a construção de ações coletivas, bem como a construção do Direito à Cidade. A segregação, a separação, a fragmentação é o “roubo” do tempo e dos espaços dos cidadãos das oportunidades de politização.

A segregação socioespacial fragmenta a vida, reduz o cidadão hoje a apenas aquele que fica dentro de sua casa e estranho a cidade e aos vizinhos, e desse modo, empobrecendo as relações sociais fundamentais para a construção de solidariedades e coletividades. Reduzimos os habitantes da metrópole a apenas usuários de bens. Esta interpretação da segregação socioespacial, e sua possibilidade de diminuição pelo acesso a bens e serviços, embaça o fundamento da segregação socioespacial, “*A redução do urbano à moradia e aos equipamentos faz parte das estreitezas da vida política*” (136:2002:Lefebvre). Legítima e promove as condições para reprodução das relações de produção, não pondo em xeque o cerne do empobrecimento da vida urbana.

² A mistura se realiza perversamente, denotando ainda mais o processo de segregação socioespacial. No exemplo da relação entre empregadas domésticas e donos da casa, a relação estabelecida se realiza no mesmo espaço, mas o impedimento a apropriação é evidente à primeira.

A quantificação de um processo social: possibilidades e limites?

Neste artigo, a problematização foca-se em dois trabalhos que são subsídios para maior parte das políticas públicas em nível nacional e tratam da exclusão social e um que analisa a segregação do município de São Paulo: Atlas da Exclusão do economista Marcio Pochamann, o Mapa da Exclusão da assistente social Aldaíza Sposati e São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais dos cientistas sociais Eduardo Marques e Haroldo Torres.

No estudo de Sposati (1996), que iniciou sua construção a partir da promulgação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social de dezembro de 1993, objetivava mostrar quais eram os mínimos sociais a serem postos como responsabilidade do Estado. Para tanto, utilizou-se de 49 indicadores que revelassem o grau de exclusão/inclusão. Estes índices foram medidos conforme categorias (autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade) e, por fim, montou-se alguns cenários de exclusão. Grande parte dos indicadores estava atrelado a renda da população, existência ou ausência de infra-estrutura, baixa possibilidade de uso de serviços públicos, entre outros. Ao constatar os lugares da cidade com maior grau de exclusão, era possível empreender ações que permitisse à população oportunidades de reaver a cidadania, já que a exclusão é vista como a negação dela.

Já em Pochmann (2003), que realizou uma ampla pesquisa em mais de 5 mil municípios, elaborou uma série de mapas do Brasil e de regiões do país visualizando a exclusão social. O indicador se baseou no padrão de vida da população (renda e emprego), acesso a conhecimento (taxa de alfabetização e média de escolaridade do chefe de família) e o risco juvenil (taxa de homicídio e porcentagem de jovens na população). A direção deste estudo foi revelar os lugares com maior grau de exclusão para, então, elaborar políticas públicas que permitam o acesso a renda e educação, destacadamente, inserindo a população em um melhor padrão de consumo.

No que tange a abordagem de Marques, tentou-se verificar a desigualdade de acesso, pois a segregação é antes de tudo a separação física. Portanto, ao quantificar os equipamentos, os lugares de trabalho, a renda e o grau de acesso da população a eles era possível propor ações. Para a diminuição do quadro de segregação é necessário promover a mistura social forçando pobres e ricos a viver e a interagir e melhorar as condições urbanas das áreas habitadas. Para tanto, se faz necessário empreender intervenções diretas no espaço. O elemento central é *“combinação entre a complexidade da estrutura social, a heterogeneidade dos espaços periféricos e a cumulatividade dos elementos e processos socialmente negativos”* (2005).

Os três compreendem a segregação socioespacial e a exclusão como produto a ser visto no espaço, e por isso, passível de ser medido. Eles se articulam por proporem ações de redução deste quadro através de políticas públicas que promovam o aumento de oportunidades “territoriais”. Os indicadores giram em torno da renda, do grau de escolaridade, acesso a infra-estrutura ou violência urbana.

Muitas vezes, as análises quantitativas colaboram com a opacidade dos processos sociais transformando-se em elementos que impedem o avanço do pensamento crítico sobre a sociedade, ou mesmo, se apresentam em sua forma de “boa vontade”.

O primeiro questionamento se dirige ao fato de grande parte dos dados quantitativos se atrelarem à idéia de “exclusão”. A referência às questões básicas como saúde, saneamento, educação. As taxas se referem a capacidade de compra, na qual mede-se a renda do habitante no país (tanto nos trabalhos de Pochamm como no Sposati). Se esboroa a idéia de

inserção precária no processo de reprodução ampliada do capital e não se apontam os fundamentos até do próprio processo que se pretende elucidar.

A limitação dos dados pode ser vista ao tomarmos especificamente um deles, que apresenta claramente suas limitações em relação a qualidade da realidade que aborda. A escolaridade é um ótimo exemplo da miséria dos números e se realiza como um grande aparato ao discurso. Os indicadores de escolaridade estão presentes em todas as análises e se referem ao número de alunos aprovados e, por faixa etária (*Atlas da exclusão*), os índices de alfabetização, ou aquela quantidade da população que completou o Ensino fundamental e médio. Contudo, não se refere aos processos internos à escola que resultam nestas aprovações: a queda da qualidade do ensino com a universalização dele; as bonificações dadas aos professores que levam a notas que não refletem a realidade. A qualidade do debate sobre a realidade escolar se degrada diante os números, que acarretam na liberação de verbas internacionais ou apresentam uma “pseudomelhora” nas condições educacionais.

Os indicadores de saneamento, implantação de infra-estrutura, estes também tiveram um processo de ampliação para a população como um todo, mas é preciso compreender que a construção deles faz parte dos serviços de empreiteiras e empresas que lucram com estas atividades. Quando ganham uma margem de rentabilidade/lucratividade estes serviços avançam, e então, o negócio se realiza e aparece como melhorias nas condições de vida. Não podemos descartar as conquistas dos movimentos sociais, que lutaram para a implantação de grande parte da infra-estrutura, pois naquele momento não era visto como rentável as tais empresas. Contudo, atualmente, está diante de nós, o negócio do “asfalto”, que também é uma forma de ver uma barganha política e uma forma de negócio, ao trocar calçadas ou ruas na cidade por votos. Evidentemente, há um ganho nas condições mínimas de sobrevivência, porém, isto não faz a segregação socioespacial diminuir.

Podemos expor que estes quantitativos criam *campos cegos*, isto é, põe à sombra o fundamento das contradições na sociedade capitalista. No sentido de estabelecer um diálogo inicial com os questionamentos postos ao longo deste exercício de reflexão, mencionamos as possíveis implicações da quantificação:

1. Obscurecimento do espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade por meio da *ilusão da transparência*;
2. Afirmação da ambigüidade e rigidez do conceito de exclusão social, por considerar o incluído como aquele que detém o maior valor de renda, de acesso a bens;
3. Promoção da interpretação da segregação socioespacial como produto das relações sociais e não um processo social ao retirar o conteúdo social da produção do espaço, pois a produção de relações sociais é simultaneamente a produção de espaço;
4. Produz-se modelos e sistemas, que muitas vezes tornam-se amarras a compreensão do movimento da reprodução da sociedade e;
5. Redução do direito à cidade a ampliação da utilização das infra-estruturas existentes, isto é, ela é vista apenas nas estritas possibilidades da sociedade capitalista.

Uma estratégia urbana é necessária pela luta pelo direito à cidade?

A perspectiva da superação está posta para ciência a todo o momento, portanto, a crítica sobre a quantificação da segregação socioespacial está inserida nesta direção. Ao situar alguns apontamentos sobre esta quantificação, como posto no item anterior, observamos que a lógica numérica reforça alguns conceitos carregados de ambigüidade como

exclusão/inclusão, que não põe a luz a inserção precária da população, mas reduz apenas a aqueles que possuem acesso aos bens e serviços. Por outro lado, a segregação calcada no espaço localização também caminha na mesma direção de quantificar, e tornasse um instrumento que não permite o apoderamento da população.

Ao estudar a dinâmica dos processos segregatórios no espaço urbano, o que emerge é a luta pelo direito à cidade. Este direito extrapola os indicadores de serviços e bens, pois retoma a perspectiva da apropriação como uso pleno do espaço-tempo. São questionados a perda do uso da cidade, as violências que a cotidianidade programada impõe, mesmo para aqueles que estão no grupo considerado de renda elevada, a segregação é constatada.

Contudo, como estratégia necessária para a prática urbana, que leve a possibilidade de realização do direito à cidade, seria a busca pelos fundamentos dos processos de reprodução da sociedade. Ou seja, a compreensão do processo de segregação socioespacial torna-se uma estratégia no plano do pensamento e uma ação prática na busca pelo direito à cidade. Direito entendido para além do acesso aos bens e equipamentos, mas fundamentalmente, como direito à centralidade urbana, à apropriação do espaço, enfim, torna-se a luta pelo direito ao uso em sua plenitude. A segregação socioespacial seria a negação do direito à cidade, ou melhor, o processo de precarização do uso e das formas de apropriação. A segregação somente poderia ser diminuída a partir da realização do uso em sua plenitude.

Considerações Finais

Ao por em relevo alguns apontamentos sobre a quantificação do processo de segregação socioespacial apresentamos a necessidade de compreender este processo na perspectiva de uma totalidade aberta, isto é, na qual incorpore o movimento dinâmico de transformação da sociedade em sua forma e conteúdo, como também, os fundamentos deste processo. Ao ser lida a segregação socioespacial apenas enquanto organização do espaço perde-se a idéia do espaço como produto, condição e meio da reprodução da sociedade na medida em que o foco se restringe ao aspecto locacional pela própria idéia dada pelos números.

Ao tê-lo, estritamente, como foco locacional, muitas vezes se reduz os termos do processo a uma ideologia do espaço, reforçando o pensamento que crê na possibilidade de redução e/ou término da segregação socioespacial sem a transformação da própria sociedade que o produz.

Nesta perspectiva de resumir o espaço à mera localização, as políticas públicas ganham um vasto solo para as quantificações, sendo ao mesmo tempo resultado desta visão e alimento para dar fôlego para a continuidade delas. Todavia, esta mesma quantificação se esbora com o resultado das ações, já que a minimização de processos segregatórios em um determinado lugar, pode levar a segregação de outros, pois a segregação socioespacial é compreendida enquanto condição necessária para reprodução das relações de produção. Um exemplo são as ações do planejamento, que ao situar as áreas segregadas tentam se valer de instrumentos que minimizam, mas não solucionam o processo de separação/impedimento da maior parte da população que se vêem alijadas da apropriação de bens produzidos socialmente e que são usufruídos por poucos, como destaque temos o acesso à terra urbana. A tentativa de se apresentar tais apontamentos é de pensar as vias estratégias para a busca do direito à cidade. Ou seja, significa que necessita ser construída, no âmbito da reflexão radical, uma teoria, bem como, uma prática, que promovam a compreensão sobre a ideologia produzida sobre o espaço e as possibilidades de ações que levem a efetiva prática de erradicação do fundamento da segregação socioespacial.

A quantificação do processo, nesta perspectiva, torna-se um ponto de partida e não um fim para a elaboração das ações para a conquista da apropriação do espaço urbano.

Bibliografia

Caldeira, Teresa Pires do Rio Caldeira, Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo, Editora 34 e Edusp, 2000.

Carlos, Ana Fani Alessandri, A (re)produção do espaço urbano, Edusp, São Paulo, 1996.

Carlos, Ana Fani Alessandri, O espaço urbano: Novos estudos sobre a cidade, Editora Contexto, São Paulo, 2004.

Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos nº 45 – Segregação Urbanas, São Paulo, v. 24, jan/jul 2004.

Lefebvre, Henri, A produção do espaço, Antropos, Paris, 1986.

Lefebvre, Henri, A Revolução Urbana, tradução Sergio Martins, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

Marques, E. e Torres, H. (org.), São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais, Editora SENAC, São Paulo, 2004.

Martins, José de Souza, Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”, In: A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

Pochmann, Marcio e Amorim, Ricardo, Atlas da Exclusão, Editora Cortez, São Paulo, 2003.

Ribeiro, Fabiana Valdoski, A produção do lugar na periferia da metrópole paulistana, dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Vieira, Alexandre Bergamin, Exclusão Social Urbana: uma abordagem conceitual, FCT-UNESP, Presidente Prudente, s/d.